

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Educação
Faculdade de Saúde Pública
Escola de Enfermagem

Construção coletiva do grupo Butantã/Vila São Francisco na disciplina PRG 0021 Educação, Saúde e Assistência Social: redes complementares na proteção social básica

Estudantes:

Flávia

Karina Costa Affonso

Leide

Lucas Inafuku

Maira M. R. Braun Santos

Paula E. S. Rebouças

Sofia Lopes de Araujo

Thiago

Supervisão:

Erica Gomes Pereira

Patrícia Vieira

Anna Luiza de Fatima Pinho Lins Gryscek

São Paulo

2022

SUMÁRIO

1 Introdução ao território Butantã

1.1 Histórico do território Butantã

1.2 Dados sócio-demográficos do território Butantã

2 Política de saúde e a organização da rede de serviços de saúde no território Butantã

3 Política de assistência social e a organização da rede de serviços de assistência social no território Butantã

4 Matricialidade na perspectiva da Assistência Social

5 Matricialidade na Perspectiva da Educação e Saúde

6 A implementação das três políticas (saúde, assistência social e educação) a partir da Família Silva

7 Propostas para conexão matricial das três políticas (saúde, assistência social e educação) no território do Butantã

Referências

1 Introdução

1.1 Histórico do território Butantã

Butantã é um dos lugares mais antigos da cidade de São Paulo. Seu nome é uma palavra ancestral do étimo *bu-tan-tan*, um superlativo pela repetição do adjetivo, topônimo da língua Tupi-Guarani composto pela junção dos vocábulos ‘yby’ terra e ‘atã-atã’ duro-duro, cujo significado é “Ybytatã” terra duríssima¹. Os documentos mais antigos desta sesmaria² foram grafados como *Ubutatã*, em 1592³ (BARREIRO et al., 2013, p.14).

Durante séculos, a região do Butantã foi uma parada de entroncamento às margens do Rio Pinheiros, a qual serviu de rota de passagem para incursão de jesuítas, tropeiros, bandeirantes, viajantes e aventureiros rumo ao interior do Estado de São Paulo.

Foi nesse lugar, onde o colonizador Afonso Sardinha, capitão, mercador, bandeirante e caçador de escravos montou o primeiro trapiche de açúcar de São Paulo, em 1607 (BARREIRO et al., 2013, p. 18). Por seus bons préstimos à Coroa lusitana, Afonso Sardinha recebeu como recompensa terras equivalentes aos atuais bairros da capital paulista e municípios vizinhos. Após falecer em 1616, o espólio do capitão foi doado à Inácio de Loyola da Companhia de Jesus, e dividido em 19 partes, sendo a Fazenda Butantã uma delas.

¹ Uma segunda hipótese indica que a palavra deriva de outra expressão do Tupi, ‘Ybytutu’, “lugar de vento forte”. Uma terceira hipótese, prende-se a palavra ‘mBoi-tatá’ adjeção dos sinônimos ‘m’baé’ cobra e ‘tatá’ fogo, ‘cobra-de-fogo’ ser mítico protetor das florestas contra incêndios.

² “Essa sesmaria localizava-se em São Paulo, da banda d’além rio Pinheiros (à época mais conhecido por Jurubatuba), formando um retângulo, tendo por frente o rio Pinheiros e uma légua de terras, e de fundo os ribeirões Pirajussara e Jaguaré [...]” (BOGACIOVAS, 2008, p. 239)

³ Porém, as terras tiveram várias denominações ao longo do tempo: Ybytantan, Ybytatã, Ubatatã, Uyatantan, Ubutatã, Botantan, Butantan e, finalmente, Butantã (BARREIRO et al., 2013, p. 14).

A primeira ocupação oficial do Butantã foi em 1750, por arrendamento dos jesuítas para Inácio Xavier Cesar. Todavia, o Marquês de Pombal, Primeiro Ministro do Rei Dom José I (1750-1777) expulsou os jesuítas dos domínios lusitanos e confiscou a Fazenda Butantã, em 1759. Posteriormente, a Fazenda Butantã foi vendida para diferentes donatários que a usaram para fins agrícolas (ibidem, p. 27).

Importante destacar, que até o século XIX, o perímetro urbano da cidade de São Paulo estava concentrado entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí, com extensão até às margens dos rios Tietê e Pinheiros.

Áreas não pertencentes a esses limites eram pouco urbanizadas e praticamente inóspitas. Não por acaso, até o início do século XX, o Butantã era caracterizado como zona rural da cidade de São Paulo (BARREIRO *et al.*, 2013, p. 28). O Butantã era uma região que sofria com as constantes inundações do rio Pinheiros e seus afluentes que serpenteavam o solo da Fazenda Butantã, coberto por várzeas, lodaçais e mata nativa.

Ainda no século XIX, a fazenda Butantã foi fracionada em cinco grandes sítios: Rio Pequeno, Invernada Grande Votorantim, Campesina Lageado, Morumbi e o sítio homônimo Butantã. Mais tarde, esses sítios se transformaram nos atuais cinco distritos componentes da região da subprefeitura do Butantã: Raposo Tavares, Rio Pequeno, Vila Sônia, Morumbi e Butantã.

Por volta de 1899, em meio a um surto de doenças epidêmicas como varíola, febre amarela, cólera, tifo e peste bubônica oriundas do porto de Santos, os governantes à época convocaram os médicos sanitaristas Oswaldo Cruz, Emílio Ribas, Adolfo Lutz e Vital Brazil para buscarem a cura e meios de deter o avanço daquelas doenças e evitar um possível colapso sanitário, econômico, político e social. (BARREIRO *et al.*, 2013, p. 52).

Todavia, “Para produzir o soro contra a peste, foi escolhida uma área fora do perímetro urbano da cidade de São Paulo” (SÃO PAULO, 2019). O local era a “Fazenda Butantan, desapropriada pelo então Presidente de São Paulo, Coronel Fernando Prestes de Albuquerque (1898 - 1900), para iniciar as obras do Instituto” (BARREIRO *et al.*, 2013, p. 52). Naquela fazenda, foi construído um laboratório onde dois anos mais tarde, em 1901 recebeu o nome de Instituto Serumtheraphico do Estado de São Paulo (BRAZIL, 1996, p. 18).

Sob a coordenação do Doutor Vital Brazil, estudioso dos problemas de saúde pública, o instituto passou a fazer pesquisas e a produzir soros antipestosos. (BRAZIL, 1996, p. 18). Em pouco tempo, o local se tornou um dos mais importantes centros de pesquisa do mundo e pioneiro na fabricação de soro antiofídico (BARREIRO *et al.*, 2013, p. 55).

Simultaneamente, a região ao redor do Instituto Butantan⁴ começou a se urbanizar. “Muitas pessoas se transferiram para “esse lado” do rio a fim de trabalhar no laboratório ou de empreender oferecendo serviços e comércios que se faziam cada vez mais necessários” (SÃO PAULO, 2019).

Em 1915, a Companhia City de Melhoramentos, a maior imobiliária do mundo à época sediada em Londres, adquiriu cerca de 2,3 milhões de m² da antiga Fazenda Butantã, com o objetivo de urbanizar-lá para depois comercializá-la em lotes menores (BARREIRO *et al.*, 2013, p. 45). Com a canalização do rio Pinheiros na década de 1930, iniciou-se as obras de construção da Cidade Universitária, atual sede da Universidade de São Paulo (USP) concluída em 1934.

⁴ “Somente em 1925, o nome oficial passou a ser Instituto Butantã, hoje vinculado à Secretaria de Estado da Saúde. O conjunto arquitetônico foi tombado pelo Patrimônio Histórico em 1981. O local onde está instalado o Instituto é apenas uma parte da propriedade que abrangia também o campus da USP” (SÃO PAULO 2019, p. 1).

Por essa época, centenas de milhares de pessoas de todas as partes do Brasil e do mundo imigraram para o Butantã. Começava assim, as grandes concentrações de trabalhadores como o Morro do Querosene, São Remo, Mandioquinha, Morro da Fumaça, Sapé, Pirajussara entre outros bairros (BARREIRO *et al.*, p. 39).

Com o passar dos anos, a malha viária cresceu e houve a edificação de grandes equipamentos como o Jockey Clube em 1941, o estádio de futebol do Morumbi em 1960, a sede do governo do Estado de São Paulo em 1965, e a Linha 4 Amarela do Metrô em 2011. Em suma, este breve apanhado histórico é necessário para compreendermos melhor o território.

1.1 Dados sócio-demográficos do território Butantã

Desde 1992, a região do Butantã é dividida político-administrativa em cinco distritos: Vila Sônia, Morumbi, Raposo Tavares, Rio Pequeno e Butantã. Juntos, equivalem a fração de 56,10 km² da cidade de São Paulo⁵.

Segundo o Censo do IBGE de 2010, a população dos cinco distritos do Butantã é de 428.217 mil moradores distribuídos em 135.821 domicílios, com uma densidade demográfica de 7.633 mil habitantes por km², sendo 47,5% declarados do sexo masculino e 52,5% do sexo feminino (IBGE, 2010). Na tabela a seguir, apresentamos números mais atuais estimados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE) de 2020.

Tabela 1 - População, domicílios e área total do Butantã por distrito

⁵ Lei nº 11.220, de 20 de maio de 1992. Institui a divisão geográfica da área do município em distritos.

Distrito	km ²	Habitantes	Domicílios
1. Rio Pequeno	9,7	123.711	41.316
2. Vila Sônia	9,9	121.663	41.708
3. Raposo Tavares	12,6	107.426	35.064
4. Butantã	12,5	53.836	19.716
5. Morumbi	11,4	52.921	18.220
Total:	56,1	459.557	156.024

Fonte: estimativa da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE) 2022.

Com base no número de moradores apurado pelo Censo do IBGE de 2010 e cálculos da Fundação SEADE de 2020, estima-se um total de 30.935 novos habitantes na região do Butantã, um aumento de 9,34% em uma década. O distrito mais populoso é o Rio Pequeno, com concentração de 26,91% dos moradores. Apesar disso, o Rio Pequeno é o menor distrito entre os outros cinco do Butantã em extensão territorial, com apenas 9,7 quilômetros quadrados, sendo considerado um dos mais populosos de toda a capital paulista. No mesmo período, 20.203 novas moradias foram criadas, um crescimento equivalente a 8,75%.

O Censo do IBGE de 2010 aponta que há 69.622 pessoas vivendo em favelas, isto é, 16,2% do total de habitantes do Butantã. Segundo Fernandes *et al.*

(2017, p. 4-5) a região do Butantã tinha 24.958 domicílios localizados em favelas⁶, em 2017. Porém, as favelas ocupam uma área de apenas 1,45 quilômetros quadrados, resultando em uma das mais altas taxas de povoamento de toda cidade (FERNANDES *et al.*, 2017, p. 4).

O Mapa da Desigualdade da Rede Nossa São Paulo (RNSP) de 2020⁷, tendo por referência dados da Secretaria Municipal da Habitação (SEHAB) de 2019, estima que 1,3% das moradias do distrito do Butantã são favelas, seguido da Vila Sônia com 4,8%, Raposo Tavares com 11,4%, Morumbi com 14,3% e por último, o Rio Pequeno com 20,8%.

Na análise aqui empreendida sobre o Butantã, agrega-se aos fatores mencionados as próprias características comuns das periferias de São Paulo. São locais com alto índice populacional, acesso precário a serviços e moradia que não são priorizados pelo Estado. Apesar disso, eles também podem ser identificados como territórios de resistência, onde se há luta coletiva por dignidade, direitos e melhores condições de vida.

Vale destacar, que a região do Butantã apresenta o coeficiente de GINI de 0,58 sendo a região com a maior concentração de desigualdade social da capital paulista (FERNANDES *et al.*, 2017, p. 4). Sabe-se, que muitas vulnerabilidades são produções deflagradas pelo local de moradia, nesse sentido.

⁶ Segundo o IBGE, as favelas são 'aglomerados subnormais', definidos como "o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pela: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública)" (IBGE, 2010).

⁷ Mapa da Desigualdade de 2020 da cidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Mapa-da-Desigualdade-2020-TABELAS-1.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2021.

Mais que isso, os territórios são produções da interação do meio físico humano e não humano (ambiente), em que a trama das relações cotidianas, seus modos de vida, sua configuração topográfica e morfológica, suas condições de urbanização e infraestrutura urbana (energia, saneamento, drenagem, tratamento de resíduos), suas condições de moradia compõem o cenário e a história ali vivida. Assim, conhecer e valorizar esse conjunto de aspectos é condição para materializar a proteção socioassistencial para pessoas/grupos” (BRASIL, 2017, p. 52).

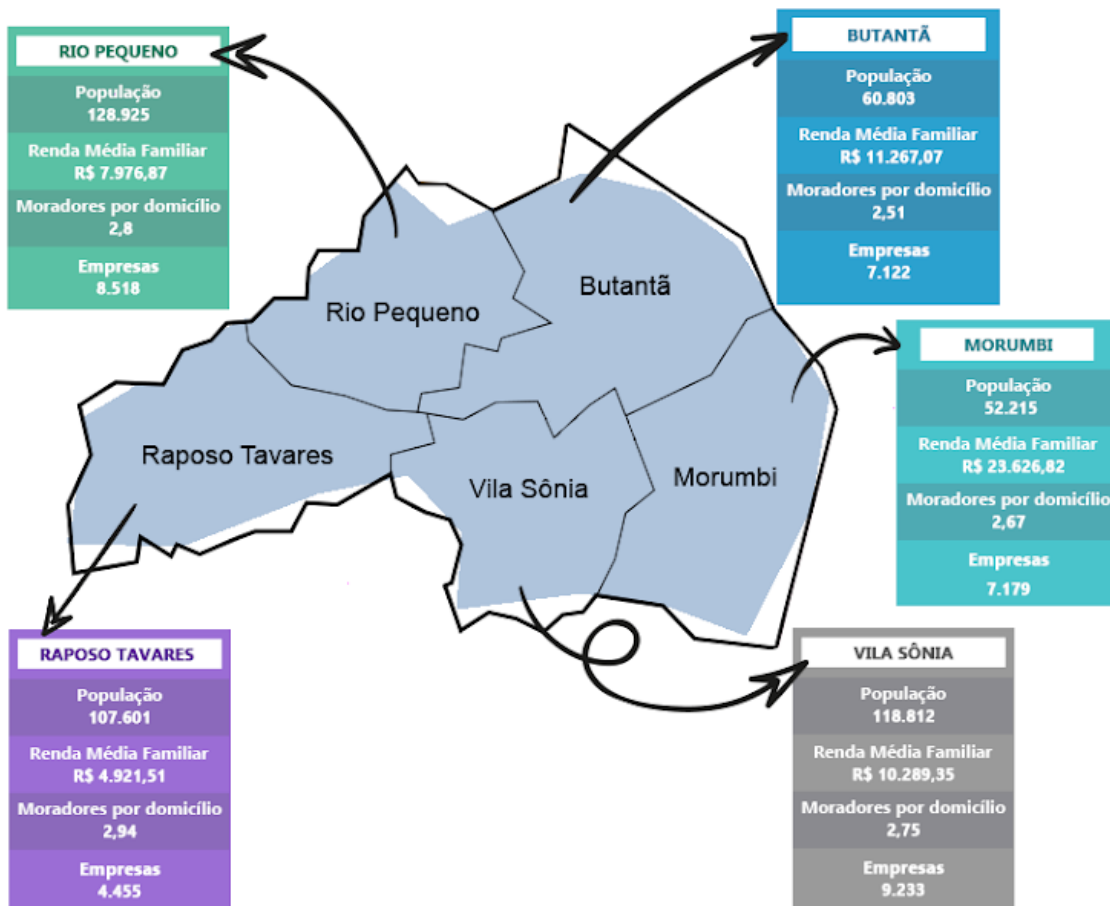
A renda média familiar mensal é um indicador social importante para compreendermos a quantidade de recursos disponíveis para o acesso a bens e serviços (RNSP, 2020, p. 67). De modo geral, a região do Butantã tem um dos distritos mais ricos do Brasil, o Morumbi, com renda mensal familiar média de R\$ 8.347,66, seguido do Butantã com R\$ 7.142,25 e a Vila Sônia com R\$ 7.020,62. Do outro lado, estão o Rio Pequeno com R\$ 4.285,37 e Raposo Tavares com R\$ 4.140,98, com médias equivalentes a metade do distrito do Morumbi. Apesar do Butantã ser uma região com uma média de renda familiar elevada, muitas pessoas vivem em condições precárias de vida, pela privação de renda e acesso a determinados bens e serviços.

Isso reflete nos índices de expectativa de vida, mensurados pela média de idade em que as pessoas morreram, por local de moradia. Essa média é resultado da divisão da soma das idades ao morrer pelo número total de óbitos por todas as

idades, em determinado ano e localidade. Conforme dados da RNSP de 2018, a idade média ao morrer na região do Butantã é de 70,13 anos, considerada na média para os padrões da cidade.

Todavia, ao analisarmos os números por distritos, identifica-se novamente as diferenças entre cada localidade. De um lado, o distrito do Butantã apresenta a expectativa de vida mais elevada da região e acima da média, com 74,38 anos, seguido do distrito do Morumbi com 73,48 anos. Do outro lado, o distrito Rio Pequeno tem uma idade média ao morrer em torno de 69,56 anos, enquanto na Vila Sônia esse número é de 68,91 anos, já o distrito Raposo Tavares é o que apresenta a menor expectativa de vida, com apenas 64,34 anos, uma das mais baixas da capital paulista. Nesse sentido, os moradores do distrito Raposo Tavares vivem em média dez anos a menos do que os moradores do distrito Butantã.

No Censo do IBGE de 2010, aproximadamente 31,1% dos moradores da região da subprefeitura do Butantã se autodeclararam negros. No comparativo entre o total daqueles que se declararam pretos e pardos, o distrito do Morumbi possui o maior percentual, cerca de 60,9%, seguido dos distritos do Rio Pequeno com 59,9%, Raposo Tavares com 58,5% e Vila Sônia com 55,7%.



Fonte: Cognatis Big Data Geomarketing /José Erdman, geógrafo e analista

2. Política de saúde e a organização da rede de serviços de saúde no território

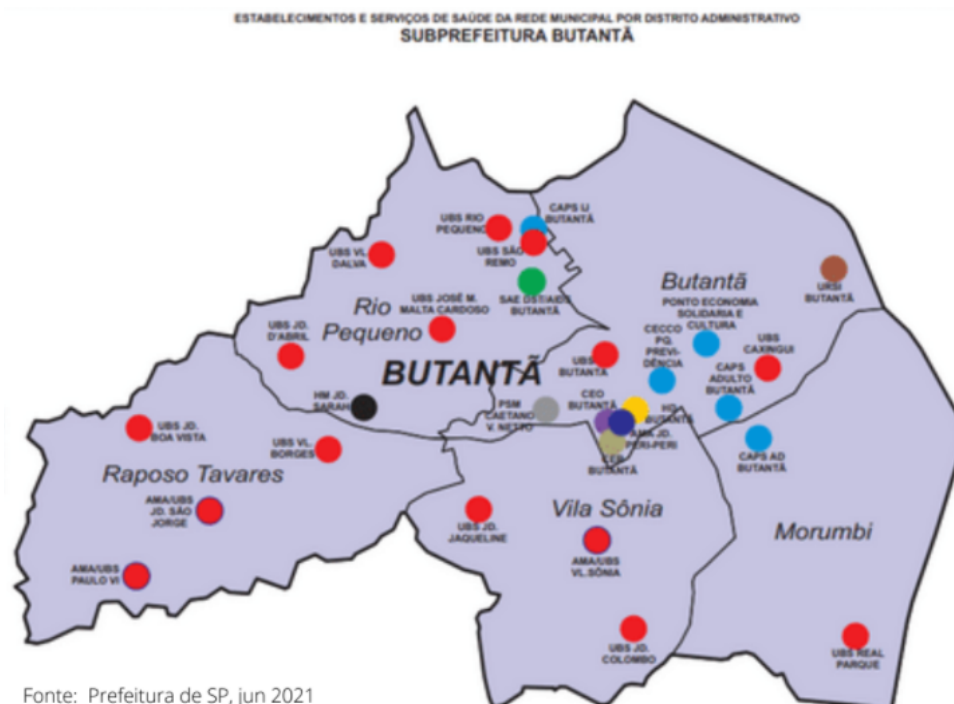
Butantã

Escrito por Leide

A Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010, conceitua RAS como arranjos organizativos de ações e serviços de saúde de diferentes densidades tecnológicas, que integradas por meios de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado.

Encontramos como principais características das RAS: a formação de relações horizontais entre os pontos de atenção, tendo a Atenção Básica como centro de comunicação; a centralidade nas necessidades de saúde da população; a responsabilização por atenção contínua e integral; o cuidado multiprofissional; o compartilhamento de objetivos e o compromisso com resultados sanitários e econômicos. Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

Na Supervisão Técnica de Saúde do Butantã, a RAS está organizada de modo a contemplar 33 equipamentos de saúde, dos quais, segundo dados de janeiro de 2022 da prefeitura de São Paulo, são 12 UBS, 3 UBS/AMA integradas, 1 AMA 12h, 1 Hospital Dia , 1 Pronto Socorro Municipal, 1 Hospital Municipal, 1 CAPS AD, 1 CAPS Adulto, 1 CAPS Infante Juvenil, 1 CECCO, 2 Residências Terapêuticas, 1 SAE, 1 CEO, 1 CER, 1 SAD, 1 URSI e 1 Unidade de Vigilância em Saúde. A divisão por distrito administrativo está demonstrada abaixo.



Pode-se perceber, que o distrito administrativo que mais concentra equipamentos, é o Butantã, como já mencionado, este é considerado um distrito mais enobrecido, com uma das menores populações e com a maior média de idade ao morrer. A Cidade Universitária pertence a esse distrito, e tem forte influência nesse cenário de concentração de equipamentos e visível desigualdade na distribuição.

No distrito de Raposo Tavares, a divisa com os municípios de Cotia, Taboão da Serra e Osasco, acarreta conflitos quanto ao atendimento dos pacientes nas Unidades de Saúde limítrofes, já que, muitas pessoas dos outros municípios buscam assistência nas mesmas, seja por proximidade ou por considerar melhor a qualidade do serviço.

Desde 2016, a cobertura de assistência a atenção primária à saúde no Butantã, com o contrato de gestão com a OSS/SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. 22 das 33 unidades de assistência à saúde são geridas por agência no território. O contrato de gestão fez com que o distrito administrativo do Butantã, conte atualmente com 37,1% de cobertura da Atenção básica do programa Estratégia de Saúde da Família, gerida de maneira direta pela prefeitura, e 66,6% de cobertura de atenção básica com Estratégia de Atenção Básica e Estratégia de Saúde da Família. No total da Subprefeitura, 22,6% do território é coberto apenas por Estratégia de Atenção Básica, contra 45,5% da cobertura, sendo geridas pela administração indireta e possuindo Estratégia de Atenção Básica e Estratégia de Saúde da Família.

No que diz respeito à participação social por meio dos conselhos gestores e organizações sociais, o Butantã é um território que possui muitas articulações, mas

com ações pulverizadas, o que muitas vezes impede de levar uma demanda comum para frente.

3 Política de assistência social e a organização da rede de serviços de assistência social no território Butantã

A Supervisão de Assistência Social Butantã (SAS BT) é uma das 32 unidades descentralizadas da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), órgão gestor do SUAS na cidade de São Paulo.

A SAS BT é responsável pela coordenação de duas unidades de administração direta, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Butantã e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Butantã.

De maneira geral, o CRAS oferta à população o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) destinado ao fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de vulnerabilidades. O CRAS também disponibiliza benefícios e orienta os cidadãos sobre os seus direitos, assim como, proporciona o acesso ao Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO) do Governo Federal.

Por seu turno, o CREAS disponibiliza aos cidadãos o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), cujo objetivo principal é orientar, proteger e acompanhar indivíduos e famílias com um ou mais membros em situação de risco pessoal e social, ameaça ou violação de direitos, em articulação com a rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas, além dos órgãos do Sistema de Garantia e Defesa de Direitos.

É importante destacar, que todos os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), de Proteção Social Básica, Média e de Alta Complexidade do município de São Paulo são provisionados por Organizações da Sociedade Civil (OSC). Cerca de 1.256 deles são prestados em regime de parceria entre a SMADS e 373 OSC, mediante a transferência de recursos públicos e a lavratura de Termos de Colaboração, semelhantes aos contratos de prestação de serviços das Parcerias Público-Privado, porém, à luz da Lei Federal n.º 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

Numericamente, a rede socioassistencial do Butantã é composta por 34 serviços tipificados pela Portaria nº 46/SMADS/2010, desse conjunto, 23 serviços pertencem à Proteção Social Básica e 11 à Proteção Social Especial. Os 34 serviços de assistência social são executados por 18 OSC diferentes e juntos ofertam um total de 5.755 vagas de atendimento à população.

O serviço em maior quantidade na rede socioassistencial do Butantã é o Centro para Crianças e Adolescentes. São 15 equipamentos que concentram vagas, estando a Proteção Social Básica com 83%, sendo 17% pertencentes à Proteção Social Especial.

O distrito com mais serviços socioassistenciais é a Vila Sônia com 8 equipamentos, seguido do distrito Butantã com 8, os distritos da Raposo Tavares e do Rio Pequeno possuem 6 serviços cada, e o último distrito com 5 serviços é o Morumbi. Abaixo está o mapa com a localização aproximada, o tipo e a quantidade de serviços de assistência social instalados nos cinco distritos da região do Butantã.

Figura 1. Mapa da rede de serviços socioassistenciais SAS Butantã

LEGENDA

Rede Direta

- Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- Centro POP

Rede Parceira

- Bairro
- Casa Lar
- Centro Convivência Intergeneracional - CCINTER
- Centro de Acolhida de Pessoas em Situação de Rua
- Centro de Acolhida com Inserção Produtiva
- Centro de Acolhida Especial para Catadores
- Centro de Acolhida Especial para Famílias
- Centro de Acolhida Especial para Gestantes, Mães e Bebês
- Centro de Acolhida Especial para Idosos
- Centro de Acolhida Especial para Mulheres
- Centro de Acolhida Especial para Pessoas em Período de Convalescença
- Centro de Acolhida para Mulheres Inigrantes
- Centro de Defesa e de Convivência da Mulher
- Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESIF
- Centro de Referência da Diversidade - CRD
- Centro de Referência do Idoso
- Centro Dia para Idoso
- Centro para Crianças e Adolescentes
- Centro para Juventude - CJ
- Centro Temporário de Acolhimento - CTA
- Clube Social
- Clube de Turma
- Família Acolhedora
- Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI
- Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência
- Núcleo de Convivência do Idoso - NCI
- Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua
- Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ
- Projeto Autonomia em Foco
- República para Adultos
- República para Jovens
- Residência Inclusiva
- Restaurante Escola
- Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
- Serviço de Alimentação Doméstica para Pessoas Idosas
- Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio
- Serviço de Inclusão Social e Produtiva
- Serviço de Mediação Socioeducativa em Meio Aberto - MSE-MA
- Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência
- Serviço Especializado de Abordagem - Mobilidade 4
- Serviço Especializado de Abordagem a Adultos em Situação de Rua
- Serviço Especializado de Abordagem às Crianças, Adolescentes e Adultos em Situação de Rua

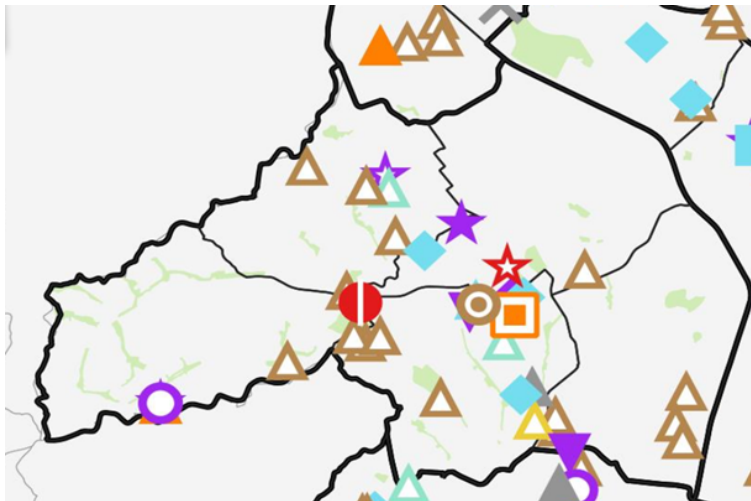
Convenções Cartográficas

- Distritos
- Suprimentos
- Principais Rios e Represas
- Áreas Verdes
- Outros Municípios



MAPA DA REDE PARCEIRA E DIRETA - DEZEMBRO DE 2020

Fonte:
IBRAG-Proteção Básica e Especial, dezembro de 2020.
IBRAG-CRISAF - Rede de Convivência, dezembro de 2020.
IBRAG, 2016. PAISAP, 2014. IBGE, 2010.
População IBGE 2020. Dados municipais IBRAG 2020.



Fonte: Portal da Transparência SMADS, dezembro de 2021

A rede socioassistencial do Butantã conta com 496 trabalhadores. Deste, 474 são empregados pelas entidades sem fins lucrativos. Apenas 20 trabalhadores estatutários. No CRAS Butantã, há uma 1 assistente social na função de coordenadora e outras seis assistentes sociais nomeadas como gestoras das parcerias. Por sua vez, o CREAS Butantã conta com 1 coordenadora e sete assistentes sociais. Vale notar, uma peculiaridade do município de São Paulo. O CREAS conta com uma equipe multiprofissional composta por servidores públicos municipais e funcionários contratados por OSC. São assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, advogados e pedagogos.

Número de famílias no Cadastro Único na região do Butantã

Benefícios	Cadastradas	Distrito					Total
		Butantã	Morumbi	Raposo Tavares	Rio Pequeno	Vila Sônia	
Famílias Cadastradas no CadÚnico	2.908	4.490	12.913	11.528	8.239	40.078	
Crianças e Adolescentes inseridos no CadÚnico identificados com a marcação de Trabalho Infantil	-	-	6	-	-	6	

Beneficiários	do	152	194	683	643	397	2.069
Benefício de Prestação							
Continuada - BPC							
Pessoas com							
Deficiência							
Beneficiários	do	389	197	1.024	1.054	846	3.510
Benefício de Prestação							
Continuada - BPC							
Pessoas Idosas							
Famílias	beneficiárias	596	1.648	3.950	3.734	2.524	12.45
do Bolsa Família							2

Fonte: Elaboração própria com base nas informações de SMADS/CGB, Extração do CadÚnico; SMADS/COVS/Supervisão de Pesquisa e de Georreferenciamento, Bolsa família.

4 Matricialidade na perspectiva da Assistência Social

É fundamental entender que a matricialidade consiste na família como epicentro da efetividade das ações promotoras do bem estar. Além da compreensão do conceito de família, que se estende para além de laços sanguíneos, segundo a PNAS, abrangendo os vínculos afetivos que o envolvem, portanto o modus operandi deve acompanhar a ampliação de seu significado.

Ainda sobre o conceito de família, há uma forte carga de responsabilidade sobre a mulher, que muitas vezes são responsáveis pelo núcleo familiar, gerando

uma sobrecarga, da qual deveria ser fracionada para outros membros, lembrando do papel coletivo sobrepujando o caráter individual.

Cabe à União, estados e municípios atuarem de maneira coordenada nas ações efetivas de prestação de assistência social, enfatizando um olhar mais global, no sentido de compreender um problema como sendo, muitas vezes, de ordem social, indo para além do indivíduo. É imprescindível uma análise aprofundada do território, dos serviços disponíveis, na logística e capacidade de compreensão do(s) usuário(s) atendido(s).

Em relação à região do Butantã e suas proximidades, é importante ressaltar a diversidade de serviços de lazer, comércio e serviços. Portanto, para melhor aproveitamento da promoção do trabalho em assistência social, o uso dos serviços podem ser uma boa estratégia para a promoção do bem estar do usuário e para que tal ação se concretize é preciso que a logística e o acesso à informação sejam eficientes para usufruir dos serviços ofertados.

Outro ponto de extrema valia é a conciliação de políticas de caráter preventivo e protetivo, como o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) de caráter preventivo, atuando no combate à pobreza e o Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos ([SCFV](#)) oferecendo diversos tipos de atividades, essa última sendo oportuna visto a característica territorial da região do Butantã.

Como última reflexão, devemos pensar em financiamento em políticas públicas como um investimento nas pessoas, e não como gasto. Enquanto a mentalidade de despender recursos apenas para sanar o problema imediato ocorrer, não haverá progressos no longo prazo. Portanto investir nas pessoas é investir para

que nossa sociedade possa se desenvolver de maneira digna e não apenas sobreviver.

5 Matricialidade na Perspectiva da Educação e Saúde

O campo da Educação se constitui histórica e politicamente de maneira diversa dos campos da Assistência e da Saúde. A sua organização interna atual está sob responsabilidade dos Estados e Municípios, produzindo como efeito o isolamento das Unidades Escolares, das Diretorias Regionais de Ensino, e do campo da Educação frente às outras políticas. Outro ponto importante encontra-se na organização dos Conselhos de Educação, nos quais não há uma construção democrática contando com as três instâncias envolvidas na formulação de um plano nacional, usuários, servidores e gestores. Os conselheiros são indicados politicamente o que torna a política refém de uma lógica partidária, para além de uma lógica estatal.

Dessa forma, o campo da Educação perde força e se fecha em si mesmo, o que causa com que demandas identificadas na vida cotidiana com as famílias, estudantes, servidores e gestores que deveriam ser encaminhadas aos serviços da Saúde e da Assistência Social sejam direcionadas para a Diretoria Regional de Ensino (DRE), órgão gestor responsável pela supervisão e articulação das Unidades de Ensino, se afastando da lógica intersetorial e de matriciamento utilizadas pelas políticas da Saúde e Assistência Social.

Como estratégia de fortalecimento do campo da Educação e das demais políticas públicas em meio a um contexto de privatizações, desinvestimentos e ataques às políticas sociais, apoia-se no conceito de intersetorialidade e matriciamento como possibilidades de gestão democrática pautada na promoção de

uma rede de atenção articulada para todos os cidadãos. Mas o que se entende por intersectorialidade? De acordo com a definição proposta por Junqueira e Inojosa seria (1999, p. 27),

(...) uma articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas visando ao desenvolvimento social, superando a exclusão social.

Essa nova maneira de pensar a administração governamental exige uma nova mentalidade ao compreender a gestão das políticas sociais setorializadas, segundo Junqueira, (1998, p.15)

(...) a descentralização e a intersectorialidade são dois conceitos que se completam e que determinam uma nova forma para a gestão das políticas públicas na cidade. Referem-se basicamente à população, aos seus problemas, circunscritos em um determinado território ou região da cidade.

Dessa maneira, entende-se a intersectorialidade como uma forma de gestão pública territorial, com o objetivo de promover o acesso aos serviços públicos a todos pensando em estratégias específicas para solução de problemas de determinada localidade para a mitigação do contexto de sofrimento e falta em que se encontra a população mais vulnerável.

Em diálogo com tal definição, a professora e gestora pública chilena Nuria Cunill-Grau (2013) indica cautela com a profusão de significados e a popularização no uso do termo a partir dos anos 80. Para os fins deste texto, entendendo a

intersetorialidade como estratégia de gestão para a superação do isolamento, aumento da potência dos dispositivos e políticas públicas, assim como dos cidadãos, e do fortalecimento da rede de proteção e garantia de direitos da infância e juventude, a intersetorialidade seria a (2014, p.7)

solución del problema que se busca enfrentar, advirtiendo que si el problema es multicausal, la integración sectorial puede mejorar su abordaje integral. Esto significa que es la búsqueda de la integralidad en el abordaje de un determinado problema o situación social, lo que coloca en el centro la cuestión de la relación entre distintos sectores gubernamentales.

A intersetorialidade pretende, portanto, articular diferentes setores de administração do Estado para lidar com a multidimensionalidade de problemas sociais complexos, com causas diversas, de maneira a pactuar ações compartilhadas a partir do território e se corresponsabilizar, em parceria com a população, a partir da perspectiva da integralidade. A violência, por exemplo, poderia ser encarada como um problema social complexo passível de ser encarado de forma intersetorial.

La descentralización recoge, a su vez, lo que parece ser un común denominador de los esfuerzos de intersectorialidad: adoptar el territorio como marco de acción, asumiéndose que “para que una estrategia social resulte eficaz en su propósito de integración debe operar en los espacios sociales e institucionales más cercanos a sus destinatarios, [o sea] en los

territorios donde las familias residen” (Mideplan, 2004, 19)
(apud. p. 13)

A descentralização de poder, compartilhamento de saberes sobre o território e a mudança de mentalidade da população e gestores é fundamental para o sucesso da intersetorialidade como forma de superação da burocratização da vida em sociedade, fortalecimento do Estado de direitos e promoção de qualidade de vida para a população.

Nesse sentido, há a necessidade de compreender a relação entre as escolas e os outros dispositivos públicos pela ótica da intersetorialidade e do matriciamento. A rede de dispositivos públicos deve ser articulada para se corresponsabilizar pelas demandas específicas de cada caso e de cada campo, sob a lógica de uma política pública de estabelecimento de redes.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, artigo 59, “(...) *os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.*” Dessa forma, busca-se recursos e organizações intersetoriais e matriciais para concretizar o direito no cotidiano escolar, a partir da possibilidade de inserção da escola na rede de atenção do território.

Ao aproximar os diferentes atores e dispositivos públicos implicados nas três políticas, busca-se descobrir como o processo de trocas entre os diferentes profissionais envolvidos nos diferentes campos pode promover o aumento da potência da escola abarcando a perspectiva de uma Educação democrática, uma vez que os estudantes-usuários de diversos dispositivos no território são os mesmos. Esta ideia tem respaldo na PNEE, (2008, p.14)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Sob essa ótica, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE) compartilha do mesmo sentido presente na lógica intersetorial, como foi definida anteriormente, ao descrever as práticas e participantes em articulação necessária à fruição dos direitos dos cidadãos. Todos os estudantes têm o direito ao conhecimento, ao desenvolvimento individual, à preparação para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania e a sua trajetória escolar deve refletir esses princípios (ibid, p.5)

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que

conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Nesse trecho é possível entender melhor que é necessário compreender que existem diversos condicionantes que atravessam a vida de cada um dos estudantes: econômicos, socioculturais, religiosos, climáticos, étnicos, de gênero, entre outros. Como aponta Candau em seu texto: “Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença” (2008) para que essa ideia “saia do papel” é necessário uma agenda política de transformação das relações no compromisso com um projeto comum, a justiça social. A educação, nessa perspectiva, deveria promover o reconhecimento do “outro” a partir do diálogo entre diferentes grupos culturais e sociais, sem esconder o conflito, mas pensando em estratégias de mediação para um projeto comum pelo qual as diferenças são dialeticamente integradas.

Ainda sob a ótica de Candau, outras práticas importantes para que seja possível essa educação intercultural e inclusiva dizem respeito a desnaturalização de preconceitos, estereótipos e discriminações aos diferentes grupos socioculturais; o questionamento do caráter monocultural e etnocêntrico dos currículos escolares, desestabilizando a pretensa universalidade dos conteúdos e evidenciando as disputas na escolhas e omissões; a reconstrução do que considera-se comum no direito à educação de todos e todas para que seja possível articular igualdade e diferença nas práticas pedagógicas e política educativas; o resgate e a valorização dos processos de construção de diferentes identidades socioculturais a partir do

resgate das histórias de vida, de experiências de trocas com os outros, do diálogo; e a interação com outras culturas como elemento fundamental para a concepção de educação afetando todos os seus âmbitos e presente no projeto político pedagógico e nas práticas cotidianas.

No território do Butantã, local onde a Vila São Francisco se inscreve, existem alguns serviços cujo escopo possibilita essa integração entre saúde, assistência social e educação sob a ótica da intersetorialidade, são eles:

No campo da saúde, o território conta com o Centro de Atenção Psicossocial – Infanto-Juvenil Butantã (CAPS-IJ Butantã) e com três Unidades Básicas de Saúde (UBS) a do Caxingui, do João XXIII e da São Remo.

No campo da Educação conta com o Núcleo de Apoio e Acompanhamento ao Aluno (NAAPA - DRE - Butantã), com o Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI),

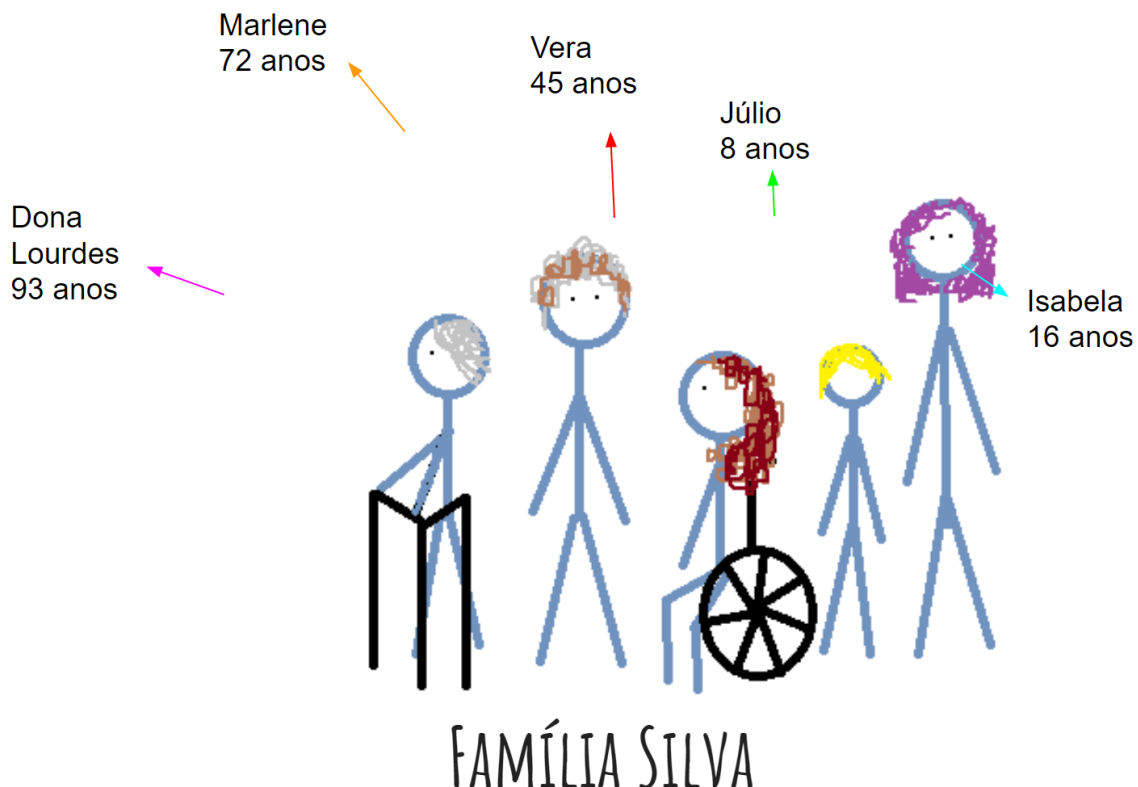
E no campo da Assistência Social conta os Centros para a Criança e o Adolescente (CCAs), os Centro de Referência de Assistência Social Butantã (CRAS Butantã) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social Butantã (CREAS Butantã).

Cabe aos gestores da escola superarem a ideia de que somente o CEFAI, o NAAPA, ou a Diretoria Regional de Ensino (DRE) são responsáveis por estabelecer a ponte entre saúde e educação. Assim como vimos anteriormente, é possível e desejável que os gestores agendem reuniões de equipe com os profissionais do CAPS-IJ do respectivo território da escola responsável pelos acompanhamentos dos estudantes para pensarem em estratégias possíveis para melhor atendê-los.

6 A implementação das três políticas (saúde, assistência social e educação) a partir da Família Silva

Buscando maneiras de materializar a intersectorialidade das três políticas no território e também dando enfoque à narrativa do usuário e sua realidade cotidiana, criamos a “família Silva” como estratégia para apresentação dos serviços da região da Vila São Francisco e também para explorar as possibilidades de assistência à seus membros.

Essa família fictícia mora no distrito do Rio Pequeno e é composta por Dona Lourdes, 93 anos e matriarca da família, Marlene, 72 anos, Vera, 45 anos, e seus dois filhos Isabela e Júlio, 16 e 8 anos respectivamente. Como a maioria das famílias do Butantã, é chefiada por mulheres e tem como principal renda benefícios sociais como a Aposentadoria de Dona Lourdes e o BPC (Benefício de Prestação Continuada) recebido por Vera devido sua condição de pessoa com deficiência.



A pandemia e a dificuldade de inserção dos membros da família em questão no mercado de trabalho os colocou numa situação de vulnerabilidade social cujo desfecho resulta na evasão escolar de Júlio, o qual no período em que deveria estar na escola, passa a pedir doações em frente ao Shopping do Butantã. A adolescente Isabela, por sua vez, exemplifica e encarna o problema social e também de saúde que é a gravidez na adolescência. Ambos estão inseridos em programas da assistência social, a exemplo do Centro para Juventude do Butantã (CJ), frequentado por Isabela, e o Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), frequentado por Julio.

O Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO) da região, Cecco Butantã, apresenta-se como um equipamento fundamental tanto para o lazer, a saúde e também geração de renda desta família. As oficinas de artesanato oferecidas pelo serviço são frequentadas por Marlene e Vera.

Diante deste cenário, a unidade básica de saúde (UBS) referência da família Silva tem papel central na coordenação do cuidado de seus membros e também serviço “elo” entre os outros equipamentos frequentados pela família a exemplo do PAI, Programa de Assistência ao Idoso, o CAPS IJ, Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil, entre outros.

A família Silva exemplifica a potência e importância de se trabalhar a intersetorialidade dos serviços, entendendo que é necessário unir forças para responder às necessidades de vida das famílias, indivíduos e comunidades.

7 Propostas para conexão matricial das três políticas (saúde, assistência social e educação) no território do Butantã

Antes da possibilidade de desenvolver qualquer proposta de articulação entre as três políticas públicas estudadas no território do Butantã/São Francisco entendemos que é necessário ressaltar que, por mais enriquecedor o contato que passamos a ter com as políticas públicas em que não atuamos diretamente, ele ainda foi bem restrito. Em parte devido à pandemia e pouca possibilidade de imersão física pelo território e em parte devido ao pouquíssimo tempo que é um semestre, especialmente considerando que trabalhamos com muitas demandas distintas e que requerem, também, tempo.

Feita a importante ressalva de que seria prepotente (e, talvez, irresponsável colocando o nome de uma Universidade que carrega para outras instituições, por vezes, lugar de verdade) a proposição direta de ações de articulação entre as três políticas sobre as quais discorremos aqui, entendemos que o que podemos apresentar são percepções e algumas ideias sobre a continuidade desse projeto de estudos/matéria que se propõe a conhecer profundamente o território a ponto de experimentar e quiçá promover estratégias de articulação entre as políticas.

A primeira proposta não é nova ou estranha à matéria: é exatamente ampliar e qualificar os espaços de discussão dessa matéria como formação continuada a todos os profissionais das três políticas. Entendemos que é necessária muita escuta mútua e atenta entre todos os trabalhadores das políticas para que possa surgir uma rede de contatos de onde emanam as ideias sobre seu tecimento contínuo e fortalecimento. Os feedbacks, principalmente dos profissionais dos território que acompanharam o projeto/matéria sobre como esta foi rica para seus trabalhos,

parecem-nos deixar claro que talvez o primeiro passo seja o mais importante nessa caminhada: o simples espaço de colocar em contato e conhecer quem são as outras pessoas e políticas que trabalham junto com cada um de nós/profissionais no sentido de cuidado com as pessoas atendidas por cada política pública/instituição/profissional.

Ainda sobre a manutenção, ampliação e qualificação de espaços de escuta inter-políticas, podemos notar algumas ideias para o decorrer deste processo:

1. Instalação de um horário fixo e de, no mínimo, 2h semanais para encontro e discussão com o grupo de profissionais das três políticas da região (pode ser realizado ou iniciado via matéria, mas pensado já de antemão como espaço que possa ser permanente - para isso é importantíssima uma discussão prévia sobre horários, talvez, inclusive com as coordenações das instituições).
2. Divulgação de materiais simples (é da nossa compreensão que devem ser curtos, diretos e poucos - 2 ou 3 por semana - para que possam ser acompanhados por todos em meio às reais rotinas de trabalho) para *conhecimento básico* das outras políticas.
3. Demais materiais mais complexos e discussões mais aprofundadas sobre questões da organização e funcionamento das políticas podem ser disponibilizados, mas com outra categorização para que fique claro e de fácil acesso quais os materiais básicos para compreensão e início de conversa com as demais políticas. Ademais, estes materiais devem advir preferencialmente das discussões de grupo que surgirem ao longo do tempo - dessa forma as discussões serão muito mais apropriadas e compreensíveis (à la Paulo Freire - de acordo com os contextos vividos e questões pertinentes no cotidiano, conforme se apresentem).

Vivemos em uma cidade muito grande e muito populosa, que dificulta muito o acesso e convívio cotidiano de todos permeado pelas três políticas. É difícil, muitas vezes, o acesso a uma só política ou aos diferentes serviços que devem(riam) ser oferecidos em uma política, quanto mais às três. As diferenças de gerenciamento, participação popular, localização, bem como a enxurrada de demandas a ser atendidas, afastam cada unidade de atendimento à comunidade (que é uma só em um território, em tese - infelizmente a própria divisão territorial não abarca as configurações reais das comunidades) das demais. Essa é a realidade tanto para a população quanto para os trabalhadores e é ao mesmo tempo um empecilho e o que nos move no sentido da articulação, pois se faz mais necessária sua construção entre profissionais.

É claro que aqui incluímos, sem nomear diretamente ainda, determinações de projetos políticos mais amplos que constituem as possibilidades reais do trabalho Público. A falta de recursos e de autonomia - cada vez mais crescente com as “disfarçadas” privatizações - é base constituinte das dificuldades de constituição de uma rede de serviços públicos articulada. Aqui, entretanto, cabe-nos vislumbrar pequenas possibilidades de encontro que permitam, inclusive, articulação para lutas políticas mais amplas. Para isso precisamos, em primeiro lugar, de mais contato - e conseguir-lo não é nenhuma tarefa simples e ainda precisamos inventar e reinventar diversas estratégias para conseguir dar o primeiro grande passo em direção a uma articulação: **tempo e convivência**.

(Paradoxalmente, parece que a criação de espaços é impulsionada por tempo e convivência - vide a discussão acontecendo aqui neste exato momento, aberta na convivência via matéria - quem sabe esse não seja realmente um bom caminho inicial)

Uma última proposta que foi levantada no grupo ainda precisa ser notada aqui: a de inclusão de demais profissionais de outras áreas de conhecimento que possam contribuir - e muito - para a dissolução de dificuldades de comunicação e constituição de denúncias e projetos práticos no sentido de articulação das três políticas em questão. Pensamos que profissionais e estudantes das áreas de Tecnologia da Informação, Informática, Programação, Arquitetura, Direito, podem direcionar problemas com emprego de projetos práticos como aplicativos, sistemas integrados, ações coletivas e em parceria com a Defensoria Pública, ações de mobilidade urbana e demais possibilidades que nem sabemos pensar sobre, por falta de conhecimento técnico.

Referências Bibliográficas

BARREIRO, José Enrique (coord). NEVES, Nick. Butantã: um bairro em movimento. 1ª ed. São Paulo: Versal, 2013.

BOGACIOVAS, M. M. Amaral. Francisco César de Miranda: identificação de um tronco paulistano. Revista da ASBRAP, v. 14, p. 225-252, 2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRAZIL, Oswaldo Vital. Vital Brazil e o Instituto Butantan. Campinas, Ed. UNICAMP, 1996.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, abr. 2008.

CUNILL-GRAU, N. La intersectorialidad en las nuevas políticas sociales: un acercamiento analítico-conceptual. Gestión y Política Pública, Ciudad de México, v. 23, n. 1, p. 5-46, jan. 2014.

FERNANDES, Wellington de Oliveira. Caderno de Mapas: Subprefeitura do Butantã. Quebradamaps. Disponível em: https://quebradamaps.files.wordpress.com/2018/02/caderno_mapas_pronto_fevereiro20181.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

JUQUEIRA, L.A. e INOJOSA, R. M. Desenvolvimento social e intersectorialidade: a cidade solidária. São Paulo, Fundap, 1997.

JUNQUEIRA, L.A. Descentralização e intersectorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. Rio de Janeiro mar./abr., 1998.

_____. Descentralização, intersectorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade. Revista FEA/PUC-SP, São Paulo, v. 1, p. 57-72, nov. 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BR). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

MOTTA, F.C.P. Teoria geral da administração: uma introdução. 6ª. Edição. Livraria Pioneira Editora: São Paulo, 1973.

PORTABILIS. Matricialidade sociofamiliar: a família como eixo central da proteção social. Disponível em: <https://blog.portabilis.com.br/matricialidade-sociofamiliar/>

SÃO PAULO, Subprefeitura do Butantã: Histórico da Região era rota de passagem dos bandeirantes, 2019; Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/butanta/historico/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem Caderno de debates do NAAPA: orientações normativas. – São Paulo : SME / COPED, 2016.